



## PEC do Teto de Gastos aprovada em primeiro turno no Plenário

As áreas da saúde e da educação foram mantidas dentro dos limites previstos pela proposta, apesar dos esforços da oposição para retirá-las

O Senado aprovou na madrugada de hoje a proposta de emenda à Constituição que estabelece um teto para os gastos públicos nos próximos 20 anos. Foram 61 votos favoráveis e 14 contrários. Durante sete horas, mais de 30 senadores discursaram. Houve protestos em frente ao Congresso. A votação em segundo turno está programada para 13 de dezembro.

Pelo texto, em 2017, os gastos federais serão corrigidos em 7,2%, inflação prevista para este ano. A partir de 2018, eles só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada em 12 meses, até junho do ano anterior. **4 e 5**



Roque de Sá/Agência Senado

Renan conversa com Eunício Oliveira, relator, antes da votação da PEC: em 2017, o teto será definido com base na despesa primária de 2016, mais 7,2% de inflação

### Relatório da MP do Ensino Médio volta a exigir arte e educação física

O relatório de Pedro Chaves à medida provisória que trata da reforma do ensino médio foi apresentado ontem à comissão mista

que analisa a MP 746/2016. Os parlamentares pediram mais tempo para analisar o texto. A discussão será retomada hoje, às 10h. **7**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Pedro Chaves lê seu relatório sobre reforma na educação, ao lado de Izalci Lucas

**Segurança da usina Angra 3 é posta em xeque em debate **8****

**Fundo penitenciário poderá ter crédito suplementar **5****

### Vencedores do Jovem Senador tomam posse e são premiados

Em solenidade na manhã de ontem, no Plenário, estudantes das 27 unidades da Federação elegeram a Mesa Jovem, dando início à sexta edição do projeto. Foi escolhido pre-

sidente o aluno paraibano Pedro Manoel de Souza Silva Neto.

Se aprovadas, as sugestões apresentadas pelos jovens podem vir a se tornar projetos de lei. **2**



Pedro Franco/Agência Senado

Jovens senadores, um de cada estado, ficarão em Brasília até 3 de dezembro



Jane de Araujo/Agência Senado

Felipe Salto é o primeiro chefe da Instituição Fiscal Independente

### Economista será diretor de instituição fiscal

O Plenário aprovou ontem a indicação do economista Felipe Salto para chefiar a Instituição Fiscal Independente, que será instalada hoje. Objetivo da IFI é apoiar a Casa na fiscalização das contas públicas. Mais cedo, a indicação foi aprovada pela Comissão Diretora. **3**

### Vai a Plenário limite para juros de cartão

Os juros do cartão de crédito poderão ser limitados a 28% ao ano, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Hoje a taxa média anual é de 480%. O texto segue para Plenário. **5**

### Avança texto que reduz salário de parlamentares

Segue para o Plenário projeto que reduz de R\$ 33.763 para R\$ 26.723 os subsídios de senadores e deputados federais. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. **3**

Senadores lamentam tragédia com delegação da Chapecoense  
**Página 6**



Gerardo Magalhães/Agência Senado



# Jovens senadores tomam posse e recebem prêmio

Estudantes das 27 unidades da Federação vão conhecer a rotina dos senadores e deverão apresentar propostas até sexta-feira. O paraibano Pedro Manoel de Souza Silva Neto foi eleito presidente

EM SUA 6ª edição, o Projeto Jovem Senador movimentou o Plenário do Senado na manhã de ontem. Em solenidade aberta pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, os 27 estudantes selecionados para participar do projeto este ano receberam a premiação pelo concurso de redação por meio do qual foram escolhidos. O evento teve a participação do presidente do conselho do projeto, Eduardo Amorim (PSC-SE), de vários senadores, assim como dos diretores e professores que apoiaram as atividades do projeto.

Por uma semana, os estudantes vão aprender como funciona o Senado e defender ideias que poderão ser convertidas em sugestões de projetos de lei. Desde a primeira edição, em 2011, os 162 jovens senadores já apresentaram 42 sugestões legislativas e 38 estão em tramitação. A maior parte trata de educação e do meio ambiente.

## Recorde

Renan afirmou que o projeto é uma iniciativa exitosa, a cada ano com adesão de mais instituições de ensino. Ele destacou que nesta edição, em que o concurso de redação adotou o tema “Esporte: educação e inclusão”, foram apresentadas 113.880 textos, um recorde.

O presidente elogiou os autores das três melhores

redações: Dilson Gabriel Pieve, de Três Pontas (MG); Isabelle da Silva dos Santos, de Brasília (DF); e Acsa Mendes de Albuquerque, de Macaparena (PE). Renan louvou os professores e orientadores, destacando a contribuição para o sucesso de cada um dos alunos selecionados nessa edição.

— As redações apresentadas nos dão um panorama alvissareiro de que podemos contar com a juventude para nos sugerir caminhos com as suas propostas de lei — disse.

Depois que Antonio Anastasia (PSDB-MG) fez a entrega do certificado a Dilson Pieve, primeiro colocado, dois atletas que atuaram nas Olimpíadas Rio 2016 foram convidados para laurear os outros dois jovens. A segunda colocada, Isabelle da Silva dos Santos, recebeu a premiação da nadadora de maratona aquática e medalhista olímpica Poliana Okimoto; e Acsa Mendes de Albuquerque, a terceira, por meio do ciclista Gideoni Monteiro. Os demais estudantes receberão os certificados em momento seguinte.

## Eleição

Coube a Pieve fazer a leitura do termo de posse como senador. O passo seguinte foi a realização da eleição para a Mesa do Senado Jovem. Presidente, o paraibano Pedro Manoel de

Souza Silva Neto foi eleito com 9 votos. O vice-presidente, Felipe Eduardo Klowaski, de Santa Catarina, obteve 5 votos. O primeiro-secretário será Luiz Jefferson dos Santos, do Paraná, com 4 votos. Para a Segunda-Secretaria, o escolhido foi Ruan Magalhães Rodrigues, do Pará, que havia empatado com a piauiense Jennyfer Emanuely de Souza Ferreira, mas ficou com o cargo por ser mais velho, critério usado em eleições no Senado.

## União

O presidente conclamou todos ao trabalho, afirmando que ele e seus colegas já eram uma família desde que receberam a comunicação de suas escolhas para participar do Projeto Jovem Senador.

— Vamos estar muito mais unidos, para trabalhar e encaminhar aquilo que é demanda da juventude, da educação, aquilo que trouxemos porque acreditamos que é possível, sim, construir um país mais justo para todos e mais generoso com os seus filhos.

O jovem disse que trazia para esse momento não apenas sua figura individual, mas toda a juventude estudantil.

— Uma juventude que resiste, que ocupa, que sabe o que é política, o que é democracia; que participa, que acredita, que sonha, que tem utopias e construções coletivas — disse.

## Vereador potiguar

Um dos convidados foi José Patrocínio Dantas Neto, jovem senador de 2015 pelo Rio Grande do Norte, eleito vereador em Parelhas (RN). Ele disse que a iniciativa proporciona profundo conhecimento sobre a estrutura do Poder Legislativo, além de estimular a atuação política.

— Mais do que jovens senadores, somos a voz do povo, dos que clamam por justiça, por dignidade e pelo exercício pleno da democracia.

zar experiências pedagógicas inspiradoras desenvolvidas em todo o Brasil. A iniciativa acontece todos os anos desde 1998. Quase 3 mil educadores inscrevem seus projetos todos os anos. A comissão que examina cada projeto escolhe 50 finalistas e, entre eles, 10 são escolhidos Educadores Nota 10.

Entres os homenageados, está o professor de ciências

Wemerson da Silva Nogueira, que ficou entre os dez finalistas de 2016 com o projeto Filtrando as Lágrimas do Rio Doce. Com alunos do 8º ano de uma escola municipal de Boa Esperança (ES), Nogueira desenvolveu um filtro com areia para ajudar a filtrar água em desastres ambientais. A iniciativa foi usada para auxiliar vítimas do desastre de Mariana (MG).



Diretor do ILB, Helder Rebouças, discursando em assinatura de parceria

## Assinado acordo de parceria entre Senado e municípios

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assinou ontem protocolo de intenções que firma parceria entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Renan afirmou que zelar pelo pacto federativo e pelo equilíbrio nas relações entre a União, os estados e os municípios é uma das mais importantes competências constitucionais do Senado.

— Aprovamos, mesmo diante das turbulências políticas, matérias que trouxeram mais segurança jurídica para o ambiente institucional do país. Isso é necessário para que a economia volte a receber investimentos e crescer, com geração de emprego e renda.

Renan afirmou que não há como defender a redução de gastos públicos e compactuar com o pagamento de salários que extrapolam o limite constitucional, que hoje é de R\$ 33.763, valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ele lembrou ainda de reunião com o presidente Michel Temer e governadores, na qual propôs um pacto pelo ajuste fiscal e pelo equilíbrio das contas públicas.

— Defendi a ideia de antecipar a entrega da multa proveniente da repatriação e disse que esse recurso é direito não apenas dos estados, mas também dos municípios.

(Com Assessoria da Presidência do Senado)

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Transposição do São Francisco**  
8h30 Audiência sobre o andamento da transposição do Rio São Francisco. Entre os convidados, o ministro da Integração.
- CAS Trabalho intermitente**  
9h Escolha de autoridades para a Anvisa. Logo após, votação de projeto sobre pesquisa clínica. Depois, audiência sobre diabetes no país. E, em seguida, debate sobre contrato de trabalho intermitente.
- CDR Segurança nas fronteiras**  
9h Debate sobre o Plano Nacional de Fronteiras. Logo após, análise de projeto sobre prazo para planos de mobilidade urbana.
- CDH Idade para adoção**  
9h Discussão sobre o igualdade racial. Depois, votação de projeto sobre diferença de idade entre adotante e adotado.
- CE Mudanças na LDB**  
9h30 Debate sobre inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- MP 746/2016 Ensino médio**  
10h A comissão mista da MP sobre a reforma do ensino médio vota relatório.
- CCJ Foro privilegiado e vaquejada**  
10h Na pauta, PEC que acaba com o foro privilegiado para agentes públicos e a que torna a vaquejada patrimônio cultural.

- CONGRESSO Vetos e Orçamento**  
12h Análise de vetos e projetos de lei, como o Orçamento de 2017.
- PRESIDÊNCIA Congresso**  
12h Renan Calheiros preside a sessão do Congresso. Logo depois, participa da instalação da Instituição Fiscal Independente. Às 15h, recebe anteprojeto da Lei Geral do Desporto. Às 16h, preside a ordem do dia.
- IFI Posse do diretor**  
12h Posse do diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto.
- PLENÁRIO Reforma política**  
14h Na pauta da sessão deliberativa, PEC sobre reforma política, que, entre outras coisas, extingue a reeleição para cargos no Poder Executivo.
- VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Debate**  
14h30 A comissão faz duas audiências sobre violência contra as mulheres.
- CRA Cavalos**  
15h Na pauta, projeto que fixa diretrizes para a equideocultura brasileira.
- MP 748/2016 Mobilidade urbana**  
16h30 A comissão mista da MP que amplia prazo dos planos de mobilidade urbana faz audiência com a Frente Nacional de Prefeitos.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211  
**Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)  
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)



Os 27 vencedores escreveram sobre o tema “Esporte: educação e inclusão”

## Educadores Nota 10 terão homenagem no Plenário

Professores vencedores do Prêmio Educador Nota 10 serão homenageados em sessão especial no Senado. Solicitada por Rose de Freitas (PMDB-ES) e outros senadores, a sessão acontecerá amanhã, às 10h, no Plenário.

Organizado pela Fundação Victor Civita em parceria com a Fundação Roberto Marinho, o Prêmio Educador Nota 10 tem o objetivo de divulgar e valori-



# Novo órgão de apoio fiscal do Senado já tem diretor

Plenário aprovou indicação do economista Felipe Salto para chefiar Instituição Fiscal Independente, que será instalada hoje. Objetivo da IFI é apoiar a Casa na missão de garantir equilíbrio das contas públicas

O PLENÁRIO APROVOU ontem o economista Felipe Scudeler Salto para o cargo de diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado. Foram 50 votos a favor, 1 contra e 2 abstenções. Ainda ontem, mais cedo, a indicação havia sido aprovada pela Comissão Diretora por unanimidade. A instalação da IFI está prevista para as 12h de hoje, no Salão Nobre do Senado.

A IFI auxiliará os senadores em questões fiscais e orçamentárias, traçando cenários para o país, antecipando possíveis problemas e ajudando nas soluções. Criada pela Resolução 42/2016, a nova instituição integra as propostas da Agenda Brasil, organizada pelo Senado para ajudar o país na retomada do crescimento econômico.

Salto fará parte do Conselho Diretor da IFI, que contará com outros dois diretores, indicados pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Os indicados pelas comissões serão conhecidos em fevereiro. O mandato dos três diretores é de quatro anos.



O economista Felipe Salto fala em sabatina na Comissão Diretora do Senado

Conduzindo a sabatina de Salto, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou o papel da IFI como “um passo significativo do ponto de vista do debate da questão fiscal no Brasil”. Segundo Renan, a instituição terá um importante papel no trabalho do legislador de buscar o equilíbrio das contas públicas:

— A criação da IFI contribuirá sobretudo na qualificação do debate com pareceres, estudos, diagnósticos, notas, um protagonismo muito grande.

Na sabatina, Salto disse considerar a PEC do Teto de Gastos Públicos (PEC 55/2016) “o começo da mudança”. Para o economista, a aprovação da

PEC vai mostrar que existe uma restrição orçamentária a ser cumprida e que os gestores não podem mais manter uma dinâmica de gastos acelerados acima das receitas, gastando além da arrecadação, porque a consequência disso é a dívida, que “custa muito caro no Brasil”.

A competência e o currículo de Felipe Salto foram destacados no Plenário do Senado. Ricardo Ferraço (PSDB-ES) elogiou o preparo técnico do indicado. Lindbergh Farias (PT-RJ) definiu Salto como “um economista respeitado por todos”.

(Com a Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

## Comissão aprova redução de 20% no subsídio de senadores e deputados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a redução do subsídio mensal dos membros do Congresso Nacional de R\$ 33.763 para R\$ 26.723.

O texto aprovado é um substitutivo da relatora, Regina Sousa (PT-PI), ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 367/2015, de Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Apresentado em 2015, o projeto original corta o subsídio dos parlamentares em 10% e mantém o valor congelado enquanto vigorar qualquer impedimento à concessão de reajustes ao servidor público.

Regina optou por apresentar um substitutivo fixando o valor do subsídio em R\$ 26.723

por prazo indeterminado.

— Quando votamos cortes de gastos para toda a sociedade, precisamos ter a coragem para sair da nossa zona de conforto e não ficar encastelados nos nossos privilégios — argumentou a relatora.

A aprovação do projeto, segundo Regina, terá repercussão em todo o Poder Legislativo do país, porque o subsídio dos membros do Congresso é referência para a remuneração dos deputados estaduais e distritais e dos vereadores.

O projeto terá de ser votado pelo Plenário. Para se converter em norma, precisará ser aprovado também pela Câmara dos Deputados.

## Supersalários do funcionalismo vão ser discutidos em audiência pública

A Comissão Especial do Extrateto, que investiga os supersalários do funcionalismo público, fará uma audiência pública sobre o assunto na terça-feira, às 14h30. O pedido, da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), foi aprovado ontem pela comissão.

A audiência será dividida em duas. A primeira terá representantes da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Associação

Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e da Ordem dos Advogados do Brasil, além da diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

A segunda mesa de discussão terá o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, e representantes da Câmara dos Deputados, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado e da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas da União.

## Casa votará temas polêmicos antes do fim do ano, diz Renan

Até o início do recesso parlamentar, no final de dezembro, o Senado terá que enfrentar temas polêmicos, ainda sem acordo entre os líderes partidários, mas que precisam ser votados pelos parlamentares. A constatação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Entre esses temas, citou ele, estão a reforma política e a proposta que atualiza a Lei de Abuso de Autoridade (PLS 280/2016).

Sobre este último projeto, Renan afirmou que “não é contra ninguém, é a favor do Brasil, é contra a carteirada, contra todos os Poderes que abusam da autoridade”. A explicação foi uma resposta à presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, que manifestou apreensão com a votação da proposta.

— Os juízes, mais do que nunca, precisam ser autônomos, mas eles não podem ficar infensos



Renan: Senado analisará reforma política e abuso de autoridade

à responsabilidade. É preciso ter uma Lei de Abuso de Autoridade para igualmente punir todos. O juiz que exorbitar, que cometer abuso, tem que ser punido. Por quem? Pelo Judiciário — esclareceu Renan.

O Senado fará amanhã uma sessão temática para discutir o tema, com a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e o juiz federal Sérgio Moro.

Ainda sobre temas polêmicos, Renan criticou o projeto que prevê a redução do subsídio mensal dos membros do Congresso:

— A pior coisa que você pode inserir no debate nacional neste momento de dificuldade é uma dosagem de demagogia como essa. O Senado está preocupado é em proibir os grandes salários, aqueles que são maiores do que autoriza a Constituição. Querer reduzir salário e achar que isso vai resolver o problema da crise é uma demagogia inominável.

Renan participou ontem de um evento promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no qual defendeu mudanças radicais no sistema político brasi-

leiro. Ele enfatizou que o Senado está fazendo sua parte ao aprovar “uma profunda reforma política” para acabar com o que qualificou de “eterna desconfiança da sociedade”.

O senador destacou o fim das coligações proporcionais, a criação da cláusula de desempenho e o fim da reeleição, medidas propostas pela reforma política que será votada ainda nesta semana pelo Senado, como inovações que poderão dar uma nova configuração ao panorama político brasileiro.

— O Senado tem atuado. A dificuldade reside exatamente nesse sistema político caquético. Assumimos a responsabilidade de fazer mudanças radicais em um sistema que está falido, fedido e provoca desconfiança na sociedade. O atual sistema político é uma usina de crises.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

## Senadores rejeitam pedidos para interrogar Geddel e Calero

Dois requerimentos do senador Humberto Costa (PT-PE), para ouvir Geddel Vieira Lima, ex-

ministro da Secretaria de Governo, e Marcelo Calero, ex-ministro da Cultura, foram rejeitados ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Os convites visavam esclarecer acusação de Calero de que teria sido pressionado por Geddel para reverter o embargo à construção de um prédio em Salvador, imposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que é ligado à pasta da Cultura. O caso motivou o pedido de demissão de ambos.

— Um ministro utilizou-se do cargo em benefício pessoal, praticou crime de concussão e de advocacia administrativa. É papel desta comissão fiscalizar — cobrou Humberto, apoiado por Vanessa Grazziotin

(PCdoB-AM), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Paulo Rocha (PT-PA).

Romero Jucá (PMDB-RR), José Medeiros (PSDMT) e os senadores pelo PSDB Flexa Ribeiro (PA), Aloysio Nunes (SP) e Ataídes Oliveira (TO) disseram não ver motivo para convite aos ex-ministros.

Lindbergh protestou contra a mensagem do governo que retirou a indicação de Calero ao cargo de presidente da Autoridade Pública Olímpica. A indicação havia sido feita em agosto, quando Calero era ministro. Para o senador, foi uma retaliação.

Também foi rejeitado pela CMA um pedido de Vanessa de convite ao presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo, para explicar a exoneração de Fabiola Vieira após divulgar estudo sobre o impacto negativo da PEC do Teto de Gastos.



# Senadores aprovam a PEC do Teto de Gastos em primeiro turno

O Plenário aprovou o texto básico da PEC 55/2016, que limita por 20 anos as despesas públicas. Nova votação será no dia 13

O PLENÁRIO DO Senado aprovou na madrugada de hoje a proposta de emenda à Constituição que estabelece teto para gastos públicos nos próximos 20 anos. Foram 61 votos favoráveis e 14 contrários. Mais de 30 senadores se rezevaram com discursos favoráveis e contrários à PEC 55/2016 durante sete horas no Plenário. A sessão foi encerrada à 0h35 de hoje. A votação em segundo turno está prevista para 13 de dezembro. Antes, haverá mais três sessões de discussão.

Ontem, a partir das 14h, manifestantes, a maior parte protestando contra a PEC e contra a reforma do ensino médio, começaram

a ocupar o gramado em frente ao Congresso. Uma hora depois havia mais de dez mil pessoas.

Às 17h15, quando se iniciou a ordem do dia, a sessão foi suspensa por alguns minutos devido a protestos da presidente da Confederação das Mulheres no Brasil, Gláucia Morelli. Para ela, a PEC tem o objetivo de "entregar o país aos banqueiros". Vários senadores reclamaram do esvaziamento das galerias do Plenário.

## Confrontos

Do lado de fora do Congresso, houve confrontos entre os manifestantes e polícia enquanto os senadores discursavam. Houve feridos e presos.

Pouco antes das 18h, o relator da PEC do Teto de Gastos, Eunício Oliveira (PMDB-CE), apresentou relatório pela aprovação. Ele rechaçou as acusações

de oposição de que o teto de gastos diminuirá os investimentos públicos nas áreas de saúde e educação e reforçou que programas como o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) não terão prejuízos.

Pelo texto aprovado, a partir de 2018, e pelos 20 anos seguintes, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A inflação a ser considerada será a medida nos últimos 12 meses, até junho do ano anterior.

Para 2017, o teto será definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluindo os restos a pagar), com a correção de 7,2%, que é a inflação prevista para este ano.

O novo regime fiscal



Eunício Oliveira (D), relator, manteve limites para saúde e educação, com tratamento diferenciado em 2017

valerá para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para todos os órgãos e poderes da República.

Dentro de um mesmo poder, haverá limites por órgão. Se o teto for desrespeitado, esse órgão ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas ou, no

caso do Executivo, conceder incentivos fiscais.

A partir do décimo ano, o presidente da República poderá rever o critério uma vez a cada mandato presidencial, por meio de projeto de lei complementar.

## Exceções

Algumas despesas não vão ficar sujeitas ao teto. É

o caso das transferências de recursos da União para estados e municípios. Também escapam gastos para realização de eleições e verbas para o Fundeb.

Saúde e educação também terão tratamento diferenciado para 2017. A saúde terá 15% da Receita Corrente Líquida, que é o somatório arrecadado

pelo governo, deduzido das transferências obrigatórias previstas na Constituição. A educação ficará com 18% da arrecadação de impostos. A partir de 2018, as duas áreas também passarão a seguir o critério da inflação pelo IPCA.

## Destaques

Foram rejeitados todos os destaques votados separadamente. O primeiro, de Humberto Costa (PT-PE), retiraria do congelamento de gastos os recursos da saúde e da educação.

O segundo, também de Costa, pedia a realização de um referendo popular em 2017 para que os brasileiros pudessem decidir se concordam ou não com o novo regime fiscal.

Por fim, destaque de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sugeria limite de gastos também para pagamento de juros e encargos da dívida pública da União.

## A proposta

**OBJETIVO** Criar um teto de gastos para evitar que a despesa cresça mais que a inflação

**PRAZO** 20 anos, sendo que a partir do décimo ano será possível fazer revisão

**ALCANCE** Orçamentos fiscal e da seguridade social e todos os órgãos e Poderes da União

**LIMITES** Para 2017: despesa primária + restos a pagar corrigidos pelo índice de 7,2% (inflação prevista para este ano). A partir de 2018: correção pela inflação acumulada até junho do ano anterior

**SUADE E EDUCAÇÃO** Em 2017, a saúde terá 15% da Receita Corrente Líquida; e a educação, 18% da arrecadação de tributos. A partir de 2018, seguirão a correção da inflação pelo IPCA

**SANÇÕES** O órgão que não respeitar o teto ficará impedido, no ano seguinte, de dar aumento salarial, contratar pessoal e criar novas despesas

**EXCEÇÕES** Não vão se sujeitar ao teto as transferências constitucionais e os gastos para realização de eleições

**REVISÃO** O critério de correção poderá ser revisado, por projeto de lei complementar, a partir do décimo ano

# Parlamentares divergem sobre novo regime fiscal proposto pelo governo de Temer

Os senadores se rezevaram em discursos no Plenário para debater a PEC. O relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que o novo regime vai "revolucionar a forma como o Brasil tratará as contas públicas". Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) responsabilizaram os governos do PT por aumentar sem controle as despesas e deixar o país numa grave crise econômica. Problema que, para Lúcia Vânia (PSB-GO), torna o ajuste necessário. Hélio José (PMDB-DF)

disse que a medida pode fazer o Brasil voltar a crescer. E Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que não votava pela PEC com entusiasmo, mas "para evitar o afundamento".

Para José Agripino (DEM-RN), se a PEC não for aprovada, a relação dívida/PIB vai chegar a 90% em três anos, levando o país ao calote.

Cidinho Santos (PR-MT) ressaltou que é óbvio que o governo não pode gastar mais do que arrecada. Reguffe (sem partido-DF) disse que, quando isso

acontece, quem paga a conta é o contribuinte.

Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que o governo petista gastou desenfreadamente e que a PEC é urgente e inadiável.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ressaltou que não há opção, pois a carga tributária já está alta e a dívida pública, estrondosa, não sendo possível aumentar nenhum dos dois.

## Críticas

Já Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que a PEC vai tirar dinheiro da educação

e da saúde e os mais pobres serão prejudicados, enquanto Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que esses setores perderão mais de R\$ 200 milhões cada um. Para ela, um caminho seria taxar grandes fortunas.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que o país algum promoveu o "congelamento da estrutura de bem-estar social". Para ele, o teto de gastos vai aprofundar a recessão.

O limite de despesas, segundo Ângela Portela (PT-RR), também vai congelar a crise, além de não garantir

a retomada do crescimento. O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), chamou de "capenga" o ajuste fiscal do governo por eliminar despesas sem trabalhar a receita, comprometendo o estímulo ao crescimento.

Fátima Bezerra (PT-RN) apontou os prejuízos que a PEC pode trazer à educação. Ela receia queda no percentual mínimo de 18% definido na Constituição.

Para Lúcia Vânia (PSB-GO), a PEC é antidemocrática por impor aos próximos presidentes a política fiscal adotada pelo atual governo.

Lindbergh Farias (PT-RR) classificou a PEC como "continuidade do golpe", com a retirada de direitos sociais e trabalhistas, enquanto os ricos continuam com os mesmos privilégios.

João Capiberibe (PSB-AP) sugeriu medidas alternativas para reverter a crise, como uma auditoria na dívida e imposto sobre lucros e dividendos.

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a PEC, em um curtíssimo prazo, levará o país a uma crise social sem limites. Por sua vez, José Pimentel (PT-CE)

ressaltou que, se a proposta não retira dinheiro da saúde e educação, o trecho que suspende os efeitos dos artigos que vinculam recursos para essas duas áreas na Constituição poderia ser retirado da proposta.

Paulo Paim (PT-RS) disse que nenhum país adotou uma medida como essa.

Kátia Abreu (PMDB-TO) considerou 20 anos um prazo muito longo para o teto de gastos, que vai impactar as vidas de milhões de brasileiros. Diversos outros senadores participaram dos

debates, entre eles Ataídes Oliveira (PSDB-TO), José Medeiros (PSD-MT), Ana Amélia (PP-RS), Paulo Bauer (PSDB-SC), Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Magno Malta (PR-ES), Sérgio Petecão (PSD-AC), Aécio Neves (PSDB-MG), Ivo Cassol (PP-RO), Telmário Mota (PDT-RR), Waldemir Moka (PMDB-MS), Valdir Raupp (PMDB-RO) e José Aníbal (PSDB-SP), todos favoráveis à PEC.

Ainda falaram contrários à proposta, entre outros, Paulo Rocha (PT-PA) e Regina Sousa (PT-PI).

# CMO autoriza crédito de R\$ 2,3 bi para fundo penitenciário

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem quatro projetos de crédito suplementar. Todos destinam recursos para reforçar a dotação orçamentária de órgãos federais. As propostas, originadas do Executivo, serão votadas agora em sessão do Congresso.

O projeto de maior valor (PLN 31/2016) destina ao Ministério da Justiça

R\$ 2,3 bilhões. Os recursos serão usados para ações do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). O relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), apresentou voto favorável ao texto.

O PLN 40/2016, relatado pelo deputado Júlio Cesar (PSD-PI), destina R\$ 1,8 bilhão para encargos financeiros da União. O Ministério da Fazenda usará o recurso para compensar

o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, que paga os benefícios previdenciários do INSS, pela desoneração da folha de salários das empresas.

O PLN 29/2016, relatado pelo deputado Cleber Verde (PRB-MA), destina R\$ 152 milhões para os Ministérios da Justiça e da Defesa. A maior parte (R\$ 86,4 milhões) irá para o Comando da Aeronáutica,

para modernização do caça AMX e compra e manutenção de material bélico.

O PLN 27/2016 destina R\$ 27,9 milhões para ações do Ministério da Ciência e Tecnologia. Segundo o governo, a verba permitirá pesquisa de novas tecnologias e processos inovadores, entre outras ações. O relator foi o deputado Ronaldo Martins (PRB-CE). (Com Agência Câmara)

# Proposta que limita juros do cartão de crédito vai para Plenário

Os juros dos cartões de crédito poderão ser limitados a duas vezes a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto segue para votação em Plenário.

A taxa do CDI mantém-se próxima à Selic e, em novembro de 2016, corresponde a cerca de 14%

ao ano. Assim, se o PLS 407/2016, fosse transformado em lei hoje, a taxa anual dos cartões de crédito ficaria limitada a 28%.

O relator, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), observou que a taxa média do rotativo do cartão de crédito para pessoas físicas chegou a 480% em setembro de 2016, patamar que considerou excessivo. Segundo ele, "isso faz

com que uma dívida de R\$ 1 mil de um trabalhador que compre no cartão de crédito e venha a perder o emprego posteriormente chegue ao montante de R\$ 6,6 milhões em cinco anos".

Autor do projeto, Ivo Cassol (PP-RO) disse que juros abusivos exigem limites regulatórios. Segundo ele, as taxas de juros são exorbitantes, principalmente as do cartão.



Para Cassol, autor do projeto, juros abusivos pedem regulação

# Avança texto que amplia os objetivos do Banco Central



Gleisi, relatora, questiona por que Banco Central não reduz juros

O Banco Central poderá ter a competência de estimular o crescimento econômico e a geração de empregos, ao lado de seus papéis tradicionais de buscar a estabilidade de poder de compra da moeda e de fiscalizar e regular o sistema financeiro. A alteração é prevista em projeto de lei complementar (PLS 146/2016) aprovado ontem

na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e que, agora, segue ao Plenário.

Para o autor do projeto, Lindbergh Farias (PT-RJ), a taxa básica de juros e outros instrumentos de política monetária podem contribuir para melhorar ou piorar as condições econômicas de crescimento e de geração de empregos.

A relatora, Gleisi

Hoffmann (PT-PR), apresentou voto favorável.

— Temos hoje uma situação de queda da demanda agregada, desemprego crescente, piora das expectativas para o crescimento econômico de 2017 e inflação convergindo para a meta em todos os cenários. O que impede o Banco Central de reduzir os juros? — questionou.

# Política cambial recebe críticas na Comissão de Transparência

O uso do swap cambial para controlar a variação do dólar no mercado interno pelo Banco Central favorece grandes empresas e o mercado financeiro em detrimento da sociedade, disse o relator da Comissão de Transparência e Governança Pública, João Capiberibe (PSB-AP).

Em audiência, o senador disse que essas operações

geraram prejuízo de R\$ 89 bilhões, que foi incorporado ao déficit público, agravando em R\$ 13 bilhões os gastos com pagamento de juros em 2015.

O dirigente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil Paulo Saboya acrescentou que "a massa de desempregados no Brasil é de 23 milhões, um terço da população

economicamente ativa".

A coordenadora da Associação Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli e o economista Clodoaldo Neri Júnior defenderam a realização, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de uma auditoria nas contas do BC.

Nenhum representante do banco atendeu ao convite para a audiência.



Capiberibe é contra o uso do swap cambial pelo Banco Central

# Relator exige contrapartida dos estados em troca de auxílio

Os estados deverão cumprir contrapartidas, como a aprovação de leis próprias de responsabilidade fiscal, para ter acesso à ajuda da União, segundo substitutivo a projeto da Câmara apresentado ontem pelo relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Após pedido de vista coletiva, a comissão adiou

para a terça-feira a votação do projeto (PLC 54/2016 - Complementar), que estabelece plano de auxílio a estados e ao Distrito Federal. O auxílio envolve redução do pagamento dos encargos das dívidas negociadas junto à União e das dívidas contraídas com recursos do BNDES.

"Sem isso, pode haver o colapso dos serviços básicos de educação, saúde

e segurança nos estados", sustentou o relator.

Em contrapartida, os estados terão de: proibir a concessão de benefício tributário; suspender a contratação de pessoal; reduzir a despesa mensal com cargos de livre provimento em 10% em relação a 2014; e limitar as despesas com publicidade e propaganda a 50% da média dos últimos três anos.



Paim destaca rejeição popular a corte de gastos

Paulo Paim (PT-RS) disse que a população tem razão em se revoltar contra a classe política, que coloca os interesses de grupos acima dos do país.

Ele destacou que 342 mil internautas se disseram contrários, em pesquisa do DataSena- do, à PEC 55 e apenas 23 mil, favoráveis. O teto de gastos, disse, vai tirar dinheiro da saúde, educação, Previdência, ciência e tecnologia.

## Governo Temer quer desmonte do Estado, diz Ângela



Medida é adequada para o momento, afirma Caiado

Diante do "desastre instalado no país pelos governos do PT", a PEC do Teto de Gastos é a medida mais palatável, disse Ronaldo Caiado (DEM-GO). O senador lembrou que em outros países onde houve crise o remédio foi ainda mais amargo, com confisco de salários.

— Por que esse alarde todo? Vamos contra os gastos. A medida é dura? Não. Ela é adequada para o momento.

## Segundo Fátima, direitos sociais estão ameaçados

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que ontem foi um dia triste para a história do país, com a aprovação, em primeiro turno, da PEC 55.

A proposta, para a senadora, é mais um passo para tornar nulos os direitos sociais previstos na Constituição. Isso porque, com menos investimentos em saúde e em educação, disse, os mais afetados serão os pobres.

Ela destacou que mais de 300 ônibus chegaram a Brasília com pessoas contrárias à PEC. Entre elas, estudantes que ocupam escolas em protesto contra a PEC.

## Proposta protege o sistema financeiro, critica Capiberibe

A PEC do Teto de Gastos não se aplica à despesa do governo com juros da dívida pública e protege o sistema financeiro, criticou João Capiberibe (PSB-AP). Ele salientou que o gasto com a dívida consome quase a metade do Orçamento, mas não se sabe quem são os beneficiários dos juros altos e de que forma a autoridade monetária tem pagado quase R\$ 1 trilhão por anos nesses juros, afirmou.

Para o senador, o corte nos investimentos públicos aprofundará a recessão e não estimulará o setor produtivo.

## Para Ana Amélia, fala da oposição não tem coerência

Ana Amélia (PP-RS) disse que os 12 milhões de desempregados são fruto da irresponsabilidade fiscal. E lembrou que a "Pátria Educadora", lema do governo anterior, sofreu corte de R\$ 11 bilhões no orçamento do Ministério da Educação em 2015.

Isso reforça, segundo ela, a incoerência do discurso dos que afirmam hoje que a PEC vai retirar dinheiro de setores importantes.



"Temer tem que renunciar", pede Vanessa Grazziotin

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que são gravíssimas as declarações do ex-ministro da Cultura Marcelo Calero sobre pressão sofrida de membros do governo federal. Ela afirmou que as evidências de tráfico de influência mostram que o presidente Temer não tem mais condições de estar à frente do governo e de superar as crises política e econômica.

## Humberto vai ajuizar ação contra limite de gastos

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), disse que vai ajuizar ação direta de inconstitucionalidade no STF, caso seja aprovada e promulgada a PEC do Teto de Gastos. Em sua opinião, por impor limites de gastos em áreas essenciais, como saúde, educação e segurança pública, a PEC contraria direitos previstos na Constituição, fato que vai fundamentar a ação.

Regina Sousa (PT-PI) defendeu ontem a realização de referendo para o povo decidir se quer a limitação de gastos públicos à variação da inflação por 20 anos, prevista na PEC do Teto de Gastos.



Regina Sousa quer referendo sobre despesa pública

Regina Sousa (PT-PI) defendeu ontem a realização de referendo para o povo decidir se quer a limitação de gastos públicos à variação da inflação por 20 anos, prevista na PEC do Teto de Gastos.



Texto de Armando Monteiro cobra responsabilidade fiscal



# Senadores homenageiam vítimas do acidente com a Chapecoense

Em Plenário, senadores fizeram um minuto de silêncio. Nas redes sociais, deram apoio às vítimas. A Comissão de Educação aprovou voto de pesar

NO INÍCIO DA sessão de ontem, os senadores fizeram um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do acidente aéreo sofrido pela delegação da equipe de futebol Chapecoense, jornalistas e convidados do clube.

A aeronave seguia para Medellín, na Colômbia, onde a equipe da cidade catarinense de Chapecó iria enfrentar o Atlético Nacional de Medellín, na final da Copa Sul-Americana de Futebol.

O senador Jorge Viana (PT-AC), que presidiu a sessão, foi quem sugeriu a homenagem, afirmando que o acidente entristeceu todo o país.

— O Brasil inteiro sente essa tragédia. Nós não poderíamos iniciar os trabalhos no Senado sem fazer essa homenagem às vítimas — disse o senador.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), conduzida pela vice-presidente Fátima Bezerra (PT-RN), aprovou voto de pesar pelo acidente. O voto de pesar é endereçado a todos os parentes dos falecidos.

Na comissão, Dário Berger (PMDB-SC) lembrou que, entre as vítimas, estão o presidente da Federação Catarinense de Futebol, Delfim Peixoto, e o presidente da Chapecoense, Sandro Pallaoro. Ele ressaltou que Delfim foi deputado estadual na época do regime militar, quando se destacou pelo PMDB na transição para o regime democrático.

Já Fátima Bezerra destacou a trajetória do “camisa 8” Gil, nascido em Santo Antônio (RN) e um dos destaques do time catarinense.

O senador Lasier Martins (PDT-RS) se disse abatido devido ao falecimento de amigos que fez durante sua trajetória jornalística na Rede Brasil Sul (RBS), como o ex-jogador Mário Sergio, o técnico Caio Júnior, além de outros profissionais da emissora.

## Redes sociais

Os senadores também lamentaram a queda do avião que transportava a delegação da Chapecoense pelas redes sociais. Eles compartilharam a hashtag #ForçaChape.

Um dos primeiros a se manifestar foi o senador e ex-jogador de futebol Romário (PSB-RJ): “Toda minha solidariedade aos amigos e familiares dos atletas, jornalistas, delegação técnica



Senadores lembraram o talento da equipe da Chapecoense, que vinha se destacando no Brasileiro

e tripulação que estava a bordo, assim como aos torcedores”, escreveu.

Dalirio Beber (PSDB-SC) manifestou solidariedade e destacou a trajetória do time do seu estado: “A delegação, atletas, jornalistas e convidados da equipe estavam a caminho do primeiro jogo da final da Copa Sul-Americana, um fato histórico, que elevaria o nome de Chapecó no esporte mundial. Nesse momento, infelizmente, o mundo chora essa tragédia”.

Gladson Camelli (PP-AC) se solidarizou com as famílias das vítimas e lamentou a morte do médico Marcio Koury. “Destaco minha dor e de meus familiares pela morte de um amigo, um acreano que honrou em vida não somente seu time, mas a sua história e de sua família. Dr. Marcio Koury, filho da minha amiga Nabih Bestene e sobrinho do meu amigo José Bestene, era chefe da equipe médica do time”.

Pelo Facebook, Sérgio Petecão (PSD-AC) também lamentou as mortes e ressaltou os laços de amizade com o médico e sua família: “Acordei com uma notícia muito triste. Nesse trágico acidente aéreo estava o Marcio Koury, filho do meu amigo Hélio Koury e da Nabih Bestene. Hélio me ajudou muito no meu primeiro mandato de deputado estadual”.

Petecão se manifestou ainda sobre o piloto Miguel Quiroga: “O Micky era casado com a filha do senador boliviano Róger Pinto Molina [asilado no Brasil], estivemos muitas vezes juntos. Um jovem de muitos planos na vida, um ótimo piloto. Descansem em paz e que Deus possa iluminar seus caminhos”.

João Capiberibe (PSB-AP) disse que o sonho se transformou, repentinamente, em pesadelo. “No auge do sucesso, surgidos do anonimato, os jovens da Chapecoense encantaram seus torcedores vencendo as grandes

equipes. Lamento profundamente, ao mesmo tempo presto solidariedade aos familiares dos que tiveram suas vidas ceifadas no acidente de avião que transportava a equipe da chapecoense”.

Também publicaram mensagens de solidariedade e pêsames nas redes sociais os senadores Ciro Nogueira (PP-PI), Eduardo Braga (PMDB-AM), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Paulo Paim (PT-RS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Romero Jucá (PMDB-RR), Aécio Neves (PSDB-MG), José Agripino (DEM-RN), José Medeiros (PSD-MT), Eduardo Amorim (PSC-SE), Cidinho Santos (PR-MT), Marta Suplicy (PMDB-SP), Wilder Moraes (PP-GO), Zeze Perrella (PTB-MG), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Ana Amélia (PP-RS), Humberto Costa (PT-PE), José Aníbal (PSDB-SP), Lídice da Mata (PSB-BA), Wellington Fagundes (PR-MT), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Alvaro Dias (PV-PR), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Davi Alcolumbre (DEM-AP), Pedro Chaves (PSC-MS), Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Waldemir Moka (PMDB-MS), Ângela Portela (PT-RR), José Medeiros (PSD-MT), Otto Alencar (PSD-BA), Lasier Martins e Fátima Bezerra.

## Equipe

A Chapecoense subiu para a primeira divisão do Campeonato Brasileiro em 2014. Na atual temporada, a equipe está em 9º lugar, à frente de times tradicionais, como São Paulo, Fluminense e Cruzeiro. O último jogo foi no domingo contra o campeão Palmeiras.

Até ontem à noite, estavam confirmados 71 mortos e 6 feridos: o goleiro Jackson Follmann, o lateral Alan Ruschel, o zagueiro Hélio Zampier Neto, o jornalista Rafael Henzel, o técnico da aeronave Erwin Tumiri e a comissária de bordo Ximena Suárez.

# Catarinenses, Bauer e Dário lamentam tragédia com equipe

O acidente que vitimou a delegação da Associação Chapecoense de Futebol, na Colômbia, foi lamentado em Plenário pelos senadores catarinenses Paulo Bauer (PSDB, foto à esq.) e Dário Berger (PMDB, foto à dir.).

Bauer ressaltou que a Chapecoense vivia um momento ímpar, conquistando o aplauso e o apoio não apenas de todo o estado, mas do país.

O senador destacou as manifestações de apoio de equipes do mundo inteiro, inclusive do Atlético Nacional.

— O time com o qual a Chapecoense ia disputar já teve manifestações de seus jogadores dizendo que fazem questão de entregar o título para a Chapecoense sem disputar a partida.

Segundo Dário, a tragédia deixa Santa Catarina de luto.

Ele salientou o significado da perda para a cidade de Chapecó, num momento em que o clube local atingia lugar de destaque no futebol nacional e representava o Brasil na final Copa Sul-Americana, onde enfrentaria o Atlético Nacional, da Colômbia. O senador prestou homenagens aos atletas e dirigentes e pediu força para o Brasil superar este momento difícil.

— A Chapecoense se confunde com a história de Chapecó. O sentimento de perda é significativo para o povo de Santa Catarina e para o Brasil.



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

## Nota da Presidência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, emitiu ontem nota de pesar pela tragédia com o avião que transportava a Chapecoense para a primeira partida da final da Copa Sul-Americana:

Nota de pesar  
Lamento profundamente a notícia do acidente aéreo envolvendo a delegação da Chapecoense. A equipe voava para defender o futebol brasileiro na primeira partida da final da Copa Sul-Americana contra o Atlético Nacional na Colômbia. Num pouso forçado, perdemos brasileiros que sonhavam voltar vitoriosos para casa. Rogo a Deus que console a família das vítimas e restabeleça a saúde dos sobreviventes. Peço empenho às autoridades competentes na apuração das causas do acidente.

Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Diretor-adjunto:** Sílvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Relator retoma exigência de educação física e artes

Sociologia e filosofia poderão estar entre disciplinas obrigatórias no ensino médio, mas decisão será de conselho. Chaves propõe prazo de 5 anos para escolas oferecerem ao menos 1.000 horas anuais de aula

**ARTES E EDUCAÇÃO** física permanecerão como disciplinas obrigatórias, pelo relatório de Pedro Chaves (PSC-MS) à medida provisória sobre a reforma do ensino médio. O texto foi apresentado ontem à comissão mista que analisa a MP 746/2016, mas os parlamentares pediram mais tempo para analisar as mudanças. A discussão da medida será retomada hoje, às 10h.

— Acreditamos que a formação integral do ser humano exige o atendimento de várias dimensões, entre as quais a corporeidade, o movimento e a fruição não podem ser desconsiderados — disse Chaves.

Pelo texto do senador, sociologia e filosofia continuam sendo opcionais. O relator também ampliou a carga horária do ensino médio, que deverá abarcar as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O novo texto determina que 60% das horas sejam destinadas à BNCC — antes eram 50%. A base ainda está em fase de elaboração pelo

Ministério da Educação e vai conter, por exemplo, temas transversais, como cidadania e meio ambiente. Também poderão ser incluídas filosofia e sociologia.

— Optamos pelo percentual de 60% porque acreditamos que expressa um equilíbrio desejável que superará o valor de 1.200 horas previsto originalmente, insuficiente para propiciar que todos os estudantes acessem conteúdos relevantes para essa etapa do ensino — explicou Chaves.

O senador pondera sobre as dificuldades de ampliar a carga horária mínima para 1.400 horas anuais e propõe uma meta intermediária: no prazo máximo de cinco anos, todas as escolas de ensino médio do país terão carga horária anual de pelo menos 1.000 horas, 5 horas diárias.

## Escolha

O ensino médio será ofertado com as disciplinas obrigatórias da BNCC (um rol de áreas do conhecimento) e um “itinerário

formativo” que será escolhido pelo próprio aluno entre cinco possibilidades: linguagens, ciências da natureza, ciências humanas e sociais, matemática e suas tecnologias ou formação técnica e profissional. Chaves acrescentou a possibilidade de organização do ensino médio por módulos, com a adoção do sistema de créditos.

O relator manteve a inclusão, feita pela MP, dos profissionais com notório saber na lista dos que podem atuar na formação técnica e profissional e ampliou essa previsão, permitindo que os profissionais graduados, detentores de complementação pedagógica, também possam atuar no magistério. Retirou ainda, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a exigência de que apenas em universidades e institutos superiores de educação se faça a formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica. Ele acrescentou a possibilidade do regime em que um professor leciona numa mesma escola por mais de um turno, desde que não ultrapasse a jornada semanal.

Chaves ampliou para dez anos o prazo ao qual o governo federal repassará recursos para auxiliar na implantação das escolas em tempo integral. O texto da MP previa quatro anos. No entanto, os recursos serão destinados prioritariamente às escolas que atendam educandos matriculados com renda familiar per capita mais baixa.

A medida precisa ser votada até 2 de março de 2017, quando perde eficácia.



Ex-senador José Sarney participa do lançamento do livro de Sarah Abrahão

## Ex-secretária-geral da Mesa lança Memórias do Senado

Foi lançado ontem o livro *Memórias do Senado*, da advogada e servidora aposentada da Casa Sarah Abrahão. A obra cobre período que vai desde 1960 até os dias atuais. Por meio de pequenos relatos, faz referência a importantes episódios da história do país, como a instituição do parlamentarismo em 1961, o golpe militar de 1964, o Pacote de Abril de 1977 e a Constituição de 1988.

Sarah, que recebeu o diploma de reconhecimento funcional, foi servidora concursada do Senado. Tomou posse em maio de 1960, quando a sede do Legislativo ainda era o Palácio Monroe, no Rio de Janeiro. Chegou a ser secretária-geral da Mesa.

Do lançamento participaram o presidente do Senado, Renan Calheiros, senadores e ex-senadores, como José Sarney, e servidores da Casa.

## Comissão aprova campanha contra violência de gênero

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem, com voto de urgência para o Plenário, o projeto que cria a Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher. Se for aprovado sem alterações, o PLC 55/2016 seguirá para sanção.

Pela proposta, do deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), a campanha de conscientização vai ocorrer todos os anos na última semana de novembro. Deverão ser promovidas pelo governo, em parceria com organizações da sociedade civil, atividades como palestras, debates e seminários, visando à conscientização da sociedade sobre a violação dos direitos das mulheres.

A relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), lembrou que a semana deverá ser articulada durante os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres — uma campanha mundial vigente desde 1991, que vai de 25 de novembro a 10 de dezembro.

— Dados recentes já vêm explicitando que os atos de violência contra as mulheres infelizmente têm crescido em nosso país, inclusive com requintes de crueldade — alertou a senadora.

## Educação

Durante a reunião também foi aprovada a realização de mais uma audiência pública para tratar sobre o impacto da PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016) na educação, solicitada por Fátima Bezerra (PT-RN). Deverão participar dessa reunião, em data a ser marcada, representantes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do movimento Todos pela Educação e do Fórum Nacional da Educação.



Fátima Bezerra presidiu reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte



À mesa, Pedro Chaves (E) e Izalci Lucas (C) na Comissão Mista do Ensino Médio

## Veterinários divergem sobre crueldade na vaquejada

Veterinários discordaram sobre a ocorrência de maus-tratos contra os animais nas vaquejadas. Em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ontem, eles debateram a proposta de emenda à Constituição que autoriza a vaquejada no país.

A PEC 50/2016 foi apresentada após a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), em outubro, de proibir a vaquejada. A PEC estabelece que não serão consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que previstas na Constituição e registradas como integrantes do patrimônio cultural brasileiro. A condição é de que sejam regulamentadas em lei específica que garanta o bem-estar dos animais.

A veterinária Vania Plaza

Nunes, diretora do Fórum Nacional de Defesa e Proteção Animal, diz ser impossível a vaquejada sem sofrimento.

— Os bois são puxados pela cauda, que é uma continuação da sua coluna vertebral. Essa tração, somada às quedas, pode causar lesões como luxações, fraturas e derrames sanguíneos que só aparecem depois da prova. Outros danos comuns são o rompimento de vísceras e a mutilação da cauda.

Já o veterinário Hélio Cordeiro Filho, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, disse que exames de sangue feitos após vaquejadas não mostram alterações que indiquem lesões musculares ou estresse nos cavalos. Nos bois, o fato de voltarem a comer após o evento, segundo ele, indica que estão saudáveis.

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), que pediu a audiência, se mesmo os veterinários divergem sobre o assunto, os senadores não deveriam se sentir à vontade para declarar que não há crueldade. Sobre a questão econômica e cultural, ela lembrou que a abolição da escravidão no Brasil enfrentou os mesmos argumentos.

Henrique Carvalho, da Ordem dos Advogados do Brasil de Alagoas (OAB-AL), disse que Congresso pode fazer a revisão de uma decisão do STF.

— Compete ao legislador dizer o que é ou não maus-tratos. Não se trata de interpretação da Constituição, estão sendo interpretados princípios.

Para ele, as vaquejadas já não envolvem crueldade, devido a regulamentos das associações e ao uso do protetor de cauda.



# Segurança de Angra 3 provoca controvérsia

Discutida em audiência, obra da usina nuclear foi criticada por especialistas por não incorporar medidas atualizadas de proteção, o que foi negado por diretores da Eletrobras

AUDIÊNCIA PÚBLICA PRO-MOVIDA ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) expôs divergências sobre a construção da usina Angra 3, uma das principais metas do programa nuclear brasileiro.

De um lado, acusações de que o projeto seria anacrônico e não incorporaria medidas de proteção contra acidentes recomendadas depois de desastres como os de Chernobyl (Ucrânia), em 1986, e de Fukushima (Japão), em 2011. Do outro, a garantia de que a obra segue as mais atualizadas normas de segurança adotadas no mundo.

Para o engenheiro de segurança nuclear e membro da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (Afen) Sidney Luiz Rabello, as normas de segurança de Angra 3 se restringem às que estavam em vigência na Alemanha e no Brasil entre 1975 e 1981.

De acordo com o engenheiro, o projeto não incorpora as regras da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea),



O presidente da CCT, Lasier Martins (à mesa, ao centro), e convidados ouvem Sidney Luiz Rabello, que questiona projeto

que foram elaboradas após o acidente do reator de Three Mile Island, nos EUA, em 1979. A fusão do núcleo do reator revelou deficiências nas bases de projeto de todas as usinas da década de 1970.

## Contenção

Segundo Rabello, Angra 3 deveria incluir uma obra de contenção do núcleo do reator capaz de resistir à fusão total de seu núcleo e à liberação de material radioativo para o meio ambiente. As obras foram alvo das investigações da Operação Lava Jato e estão paradas desde

setembro do ano passado.

— É uma lata velha da década de 70 em termos de segurança nuclear. Minha proposta é manter a construção parada e refazer o projeto de contenção do edifício — defendeu Rabello.

Mas o diretor-presidente da Eletrobras Eletronuclear, Bruno Campos Barretto, assegura que tanto o projeto de Angra 3 quanto as outras usinas em operação — Angra 1, que começou a funcionar em 1985, e Angra 2, em operação desde 2001 — adotam as recomendações de segurança:

— Temos revisões técnicas sobre processos e gestão a cargo de entidades independentes internacionais. Isso é contínuo. Tanto a Agência Internacional de Energia Atômica quanto a associação de operadores nucleares nos submetem a missões que emitem recomendações que nós seguimos fielmente — disse.

## Projeto atualizado

O diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente da Eletrobras Eletronuclear, Leonam Guimarães, reforçou que o projeto de Angra 3, rea-

presentado em 2010, é o que há de mais atual em termos de segurança. Ele descartou a necessidade de uma obra de contenção do núcleo do reator:

— O projeto não é o mesmo da década de 70. Ele incorporou uma série enorme de melhorias e adaptações às novas normas e requisitos, em especial requisitos de segurança.

André Pacheco Assis, professor da Universidade de Brasília (UnB), pediu que o projeto seja revisto em razão das irregularidades apontadas pela Operação Lava Jato no processo de licitação das obras.

— Isso certamente afeta a segurança dos usuários. Muitas vezes a qualidade do asfalto abre um buraco, que pode ser apenas um custo de manutenção, mas também pode provocar um acidente.

Para o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), o Senado precisa aprofundar o debate sobre a segurança das usinas nucleares.

— Poucas usinas no mundo deram problemas, mas aquelas que deram causaram tragédias monumentais.

Jefferson Ruy/Agência Senado



Locutores se preparam para iniciar transmissão da Voz do Brasil, em Brasília

## Vence prazo de medida provisória que flexibiliza A Voz do Brasil

Foi encerrado o prazo de tramitação da medida provisória que flexibilizava o horário de transmissão do programa radiofônico A Voz do Brasil. O ato declaratório do presidente do Congresso, Renan Calheiros, anunciando o encerramento do prazo foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

A MP 742/2016 foi aprovada com modificações na comissão mista e na Câmara, mas, por falta de acordo entre as lideranças partidárias, não foi votada no Plenário do Senado.

O texto modificado permitia a transmissão do programa entre as 19h e as 21h pelas emissoras comerciais e comunitárias. Às rádios legislativas, seria permitido o novo horário apenas quando houvesse sessão deliberativa do Plenário. Caso contrário,

permaneceria o horário das 19h. Já as emissoras educativas continuariam a obedecer ao horário das 19h.

O Executivo também ficaria autorizado, em casos excepcionais, a flexibilizar o horário de transmissão do programa ou a dispensar a veiculação.

A MP original flexibilizava o horário de transmissão do programa apenas no período de 5 de agosto a 18 de setembro, em função das Olimpíadas e Paralimpíadas do Rio de Janeiro.

Agora a comissão mista encarregada de analisar a MP terá que elaborar projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas já ocorridas durante a vigência da medida. Caso o decreto legislativo não seja editado em 60 dias, as mudanças trazidas pela MP serão mantidas.

## Comunicadores criticam reestruturação da EBC

A medida provisória que reestrutura a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) diminuiu a autonomia da instituição, disseram os participantes de audiência pública na comissão mista sobre a MP 744/2016. Essa perda de poder, segundo eles, é danosa aos objetivos da comunicação pública.

A MP atribui a indicação do diretor-presidente da EBC ao ministro-chefe da Casa Civil. Também acaba com o Conselho Curador da empresa, composto por representantes da sociedade com a missão de zelar pelos princípios e pela autonomia da EBC.

Criada em 2008 pelo presidente Lula, a EBC é uma empresa pública e fazia parte da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Com a MP e o decreto de regulamentação, passou a ser vinculada à Casa Civil. Integra o sistema veículos como Rádio Nacional, Rádio MEC, TV Brasil e Agência Brasil.

A jornalista Tereza Cruvinel, ex-presidente da EBC, afirmou que, se aprovada da maneira como está redigida, “a medida transformará a empresa em uma agência de comunicação governamental sem a participação da sociedade e sem independência editorial”.

— Caso isso ocorra, o governo terá que assumir a EBC como um “puxadinho” do Palácio do Planalto e não po-

derá fazer uso da contribuição para fomento da comunicação pública destinada à empresa pela legislação atual — disse.

Segundo ela, a MP não suprimiu essa contribuição e isso gerará uma incongruência na lei, pois a comunicação pública deve ser independente do mercado e do Estado, voltada para a sociedade, com conteúdos diferenciados e essencialmente de interesse público.

Segundo a coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Renata Mielli, a MP descaracteriza o caráter público da EBC, ao acabar com instrumentos de autonomia que ela tinha para conduzir seu trabalho de informação jornalística.

## Conselho

Renata ressaltou que a medida altera a composição do Conselho de Administração (Consad) ampliando muito a presença do Poder Executivo. Com a ausência do Conselho Curador, segundo ela, o órgão passa a ser o único instrumento de gestão da empresa pública.

Renata defendeu que o mandato do diretor-presidente da EBC não coincida com o do presidente da República, “para evitar ingerências e uma captura da empresa pelo Executivo”.

Para o presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso, Miguel Ângelo

Cançado, é “lamentável” o fato de a mudança ter sido implementada por MP, que tem força de lei desde a sua edição.

— Medidas provisórias exigem relevância e urgência do tema. A edição de MP deveria ser usada somente em caráter excepcional — criticou.

Em relação à extinção do Conselho Curador, Cançado disse que não se pode falar em eficiência sem o controle social que, “bem ou mal, o Conselho Curador vinha exercendo”.

O jornalista Venício Lima, ex-membro do Conselho Curador da EBC, ressaltou que a MP destrói a experiência em andamento da comunicação pública no Brasil e a transforma em comunicação estatal.

— O que está em jogo é a formação da opinião pública democrática no país.

## Isenção

O relator da MP 744/2016, senador Lasier Martins (PDT-RS), informou que está coletando informações para tentar chegar a um texto que contemple todos os lados.

— Meu intuito é que tenhamos uma EBC eficiente, não tão cara do ponto de vista econômico e financeiro e uma empresa respeitada.

Lasier avalia a possibilidade de estabelecer mandato fixo para o diretor-presidente da EBC, que passaria a ter que ser sabatinado no Senado.